

COMITÊ DAS BACIAS DOS RIOS PIQUIRI E PARANÁ 2

Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto [nº 8.924/2013](#) - 10 de Setembro de 2013.

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO – CTINS DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PIQUIRI E RIO PARANÁ 2

No vigésimo sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, se reuniram por meio de web conferencia utilizando a Plataforma *Zoom* os seguintes representantes: **FABIO LEAL OLIVEIRA** da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **TIAGO MARTINS BACOVIS** do Instituto Água e Terra – IAT; **AILTON MARTINS LIMA** da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP; **CELSO BRASIL DA CRUZ** da Cooperativa Agroindustrial Consolata – COPACOL; **LUANE MARIA BALBINOT** da COPAVEL Cooperativa Agroindustrial; **ALMIR CUNICO** da Universidade Federal do Paraná – Palotina - UFPR e **SÉRGIO MAKRAKIS** da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Participaram como convidados: **GUILHERME DANIEL** da C.VALE Cooperativa Agroindustrial; **GLÁUCIA TAVARES PAES DE ASSIS** e **ROBERTO GORDON HICKSON** do Instituto Água e Terra – IAT; Secretário **EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA** da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo – SEDEST; Diretor **JOSÉ LUIZ SCROCCARO** da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do Instituto Água e Terra – DISAR/IAT; **NESTOR BRAUN** da Cooperativa Agroindustrial Consolata – COPACOL e **CARLA BECK** da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP. Da Secretaria Executiva participaram: **DANIELLE TEIXEIRA TORTATO** Gerente de Gestão de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra - IAT; **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO** Chefe de Divisão de Gerenciamento de Comitês de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra – IAT e **JULIANA CAVASSIN** do Instituto Água e Terra – IAT. O Sr. Fabio Leal Oliveira iniciou a reunião lendo a pauta do dia e solicitando aos demais representantes suas contribuições para se buscar alternativas para a questão das áreas críticas dos rios Jesuítas e São Camilo. A Srta. Glauca Tavares Paes de Assis tomou a palavra e falou sobre os casos concretos dos rios Azul e Pioneiro, nos quais a vazão outorgável passou de 50% a 80% da

31 Q95, condicionada ao monitoramento, e que essa pode ser uma alternativa.
32 Também falou que hoje é necessário o monitoramento por meio de estações
33 fluviométricas nos rios menores da bacia e que o monitoramento deve ser feito
34 pelo usuário do recurso hídrico. O Sr. Celso Brasil da Cruz pediu a palavra para
35 concordar que a mudança da vazão outorgável pode ser uma boa alternativa
36 frente a questão de disponibilidade e demanda de recurso hídrico e reforçou a
37 outorga é necessária para que os produtores tenham acesso a linhas de
38 financiamento e outros benefícios e que o monitoramento pode mostrar que a
39 vazão disponível pode ser maior daquela declara hoje. Em seguida o Sr. Fabio
40 Leal Oliveira falou que apenas aumentar a vazão outorgável não seria suficiente
41 e que teriam que ter outras alternativas em conjunto, como os usos alternados e
42 o Sr. Celso Brasil falou que a alternância já ocorre e que apenas precisa ser
43 formalizada. O Sr. Celso Brasil também falou que muitos produtores que não
44 possuem outorga, possuem licenciamento ambiental e estão consolidados na
45 região e que o licenciamento foi emitido em descompasso com o processo de
46 outorga. Em seguida a Srta. Glaucia falou que apesar de já acontecer o uso
47 alternado na prática, nenhum usuário reportou isso ao Instituto Água e Terra,
48 sendo necessário que os usuários comuniquem ao Instituto para que isso seja
49 colocado nos cálculos. A Srta. Glaucia também falou que o monitoramento é
50 importante não apenas para a quantidade de água, mas também para a
51 qualidade, considerando que a piscicultura exige classe 2 de qualidade. Na
52 sequência o Sr. Sérgio Makrakis alertou que a mudança dos valores outorgáveis
53 pode aumentar uso e diminuir a margem de segurança levando em consideração
54 as questões climáticas atuais. Falou também que esses acordos de mudanças
55 nos valores outorgáveis flexibilizam questões legais e que, por exemplo, se um
56 rio secar em função das decisões do comitê, o Ministério Público pode entrar
57 com uma ação contra o comitê. Em seguida o Sr. Nestor Braun deu sua
58 contribuição a respeito do uso de cal. A discussão continuou com a Srta. Glaucia
59 explicando que o problema que existe hoje é que o que muda na prática não é a
60 vazão horária e sim o regime de captação, por isso a importância do uso
61 alternado. Ela também falou sobre o monitoramento que deve ser feito com
62 equipamento telemétrico para ter dado real e que esse dado deve ser público,
63 sendo que o Instituto deverá receber os dados dos monitoramentos e

64 disponibilizar ao público. Na Sequência o Sr. Tiago Bacovis explicou que o
65 Instituto recebeu algumas propostas de vazão de enchimento de 8 dias e outras
66 de 16 dias e questionou o porquê de não se pensar em uma vazão de 16 dias
67 para todos de modo a não comprometer tanto a vazão. Também comentou que
68 devido ao aumento da demanda pelos recursos hídricos tem que se pensar em
69 ações de planejamento para poder atender todos os usuários. Na sequência o
70 Sr. Robert Gordon Hickson falou que as Portarias de Outorga são concedidas
71 com uma única vazão e que as vazões utilizadas são maiores em um
72 determinado período, para o enchimento, e nos demais períodos, as vazões
73 utilizadas são menores, porém, a bomba que faz a captação é a mesma portanto
74 não se pode outorgar vazões diferenciadas para um mesmo equipamento e
75 sugeriu alternativas como a utilização de um tanque pulmão ou ainda o reuso.
76 Também comentou do período em que as licenças foram emitidas apenas com
77 o protocolo de outorga e quando os pedidos de outorga foram avaliados,
78 verificou-se que a bacia não tinha aquela disponibilidade hídrica; falou ainda que
79 poderia se pensar em estudos para trabalhar a água que é captada e devolvida
80 para saber volume e qualidade. Na sequência a Sra. Carla Beck tomou a palavra
81 e ressaltou que é necessário pensar em tecnologias para viabilizar os usuários
82 já existentes e que nesse momento não se pode mais fazer nenhum
83 licenciamento ambiental até reorganizar as atividades que já existem e a Srta.
84 Glaucia Tavares Paes de Assis informou que não estão mais sendo emitidos
85 licenciamentos em bacias críticas. A Sra. Carla Beck então perguntou se existe
86 o número de usuários que já estão instalados e dos que estão solicitando outorga
87 e a Srta. Glaucia respondeu que sim, está na lista que foi repassada ao Comitê,
88 porém, não lembra o número no momento e que dentro da avaliação de áreas
89 críticas são revistos todos os usuários, tanto os que estão outorgados, quanto
90 os que estão com pedido de outorga. Na sequência o Sr. Celso Brasil falou que
91 a Copacol não fez proposta de redução de vazão e nem vai fazer pois a
92 cooperativa está instalada a muito tempo e fez bilhões de investimentos e
93 precisam das vazões para continuar mantendo emprego de 10 mil pessoas, mil
94 empregos diretos, 300 cooperados e que usam os recursos naturais com
95 equilíbrio, apesar já terem tido problemas. Na sequência o Sr. Secretário Everton
96 Luiz da Costa Souza pediu razoabilidade e sensatez para resolver ou equacionar

97 o problema para uma solução menos traumática. Falou que existem
98 empreendimentos que não estão legalizados e que produzem a mais de 10 anos
99 e precisam de uma solução. Falou que o caminho para solucionar o problema é
100 pelo Comitê e que o Comitê precisa receber a demanda dos usuários para que
101 o Instituto Água e Terra analise do déficit de disponibilidade de água e que a
102 rede de monitoramento precisa ser financiada pelo usuário pois o Instituto não
103 tem condições de fazê-la. Na sequência a palavra foi passada para o Sr. José
104 Luiz Scroccaro que reforçou que os usuários precisam fazer a solicitação para o
105 Comitê que encaminhará a solicitação ao instituto Água e Terra. Em seguida o
106 Sr. Almir Cunico falou nos seguintes pontos: que se tem que resolver um
107 problema imediato dos usuários com as atividades instaladas, que são aqueles
108 com licenciamento concedido apenas com o protocolo de outorga, colocando
109 para esses usuários condicionantes com prazos para monitoramento; que falta
110 dados reais de volume disponível e de volume utilizado; que não deverá ser dado
111 mais outorgas sem ter os dados de monitoramento disponíveis;
112 responsabilização dos usuário pela implantação do sistema de monitoramento;
113 a qualquer momento, conforme os dados são gerados, podem ser rediscutidas
114 as outorgas. Na sequência o Sr. Celso Brasil concordou com a colocação do Sr.
115 Almir Cunico e sugeriu pelo menos 3 anos de outorga para que se possa fazer o
116 monitoramento ao longo desse tempo. O Sr. Fabio Leal Oliveira também
117 concordou com o Sr. Almir e a Srta. Glauca falou para colocar no papel as
118 propostas, as discussões e condicionantes decididas na reunião que valerão
119 para usuários já instalados e que novos usuários ficaram para posteriormente. O
120 Sr. Robert Gordon Hickson pediu a palavra e falou para reunir tudo o que foi
121 discutido num texto para apresentar para a plenária que poderá sugerir
122 alterações e se aprovado pelo Comitê, algumas Portarias de Outorga de pedidos
123 antigos já poderiam ser liberadas. A Srta. Glauca reforçou que a questão dos
124 usos alternados precisa ser solicitada pelos usuários com a informação de como
125 é feito esse uso alternado. Na sequência o Sr. Almir sugeriu uma nova reunião
126 da CTINS com duas informações imprescindíveis: 1. Os usuários indicarem
127 todas as questões de manejo da água (quando e quanto usa); 2. Informação do
128 Instituto Água e Terra com os equipamentos que seriam necessários para o
129 monitoramento. Na sequência o Sr. Guilherme Daniel falou que seria importante

130 nesse momento a CTINS discutir a questão de aumentar as vazões de 50% para
131 80% da Q95. O Sr. Fabio sugeriu o prazo de 15 dias para a próxima reunião e
132 nesse tempo os membros da CTINS enviariam as propostas para colocar em um
133 documento para apresentar na próxima reunião da CTINS e depois ao comitê.
134 Na sequência a Sra. Danielle Tortato falou dos encaminhamentos: 1. Mudança
135 da vazão de referência de 50% para 80% que deve ser solicitado pelos usuários
136 para que então o instituto dê andamento à proposta; 2. Encaminhamento das
137 condicionantes que deve ser elaborada pela CTINS e posteriormente
138 encaminhada à plenária do Comitê. A Srta. Glauca lembrou que os usuários
139 devem também encaminhar as propostas de usos alternados. O Sr. Fabio deu a
140 seguinte proposta: Daqui a 15 dias, dia 9, as 9:00 horas, nós nos reuniremos e
141 nesse prazo a gente elabora um documento e eu encaminho antes desse prazo
142 para vocês fazerem a leitura e contribuições sobre as condicionantes faladas na
143 reunião para discussão e encaminhamento ao comitê. A Srta. Juliana Cavassin
144 esclareceu que como a data foi definida na reunião, é dispensada a convocação,
145 apenas será mandado um lembrete da reunião com o link de acesso. Na
146 sequência o Sr. Fabio fez a votação para a próxima reunião para o dia 09 de
147 agosto de 2022 que foi aprovada por unanimidade. Cumprida a pauta, o Sr. Fabio
148 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 1ª Reunião da CTINS do
149 Comitê de Bacias Rio Piquiri e Paraná 2.

Fabio Leal Oliveira

150

FABIO LEAL OLIVEIRA

151

Coordenador da CTINS do CBH do Piquiri e Paraná 2